



Operações apontam minerações clandestinas de criptomoedas

Polícia Civil cria núcleo contra crimes com moedas virtuais

A Polícia Civil criou o Núcleo de Apoio às Investigações com Ativos Virtuais (NUCRIPTO), unidade especializada que dará suporte técnico a delegacias no combate a crimes financeiros. Coordenado pelo Departamento-Geral de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (DGCOR-LD), o núcleo conta com especialistas preparados para atuar em casos de lavagem de dinheiro, golpes virtuais e ocultação de bens obtidos por organizações criminosas. A criação do setor atende a uma demanda urgente. Recentemente, operações policiais desarticularam fazendas clandestinas de mineração de criptomoedas em comunidades do Rio de Janeiro, como os complexos do Lins e da Maré, e na Baixada Fluminense. Os criminosos usavam centenas de computadores de alto desempenho mantidos por ligações clandestinas de energia, provando a sofisticação e a diversificação de renda das facções.

Recuperação fiscal é estimulada em Saquarema

A Prefeitura de Saquarema inicia nesta quarta-feira (1º), o Programa de Recuperação Fiscal (Refis 2026). A iniciativa permite que cidadãos e empresas regularizem débitos tributários e não tributários vencidos até 31 de dezembro de 2025 de forma organizada. O prazo de adesão vai até 30 de setembro de 2026. Podem participar pessoas físicas ou jurídicas com dívidas inscritas ou não em dívida ativa, ajuizadas ou não, englobando impostos como IPTU, ISS, Foro e ITBI. O contribuinte deve estar em dia com os tributos de 2026.



O programa reforça a regularização de pendências

Condições e vantagens do programa

O Refis 2026 possibilita a consolidação das pendências e a formalização de acordos para pagamento à vista ou parcelado. O programa surge como alternativa para evitar medidas judiciais complexas e restrições fiscais. Segundo o Secretário de Administração, Receita e Tributação, Hailson Alves Raimundo, “a ação traz benefícios mútuos: o cidadão limpa sua situação fiscal e o município arrecada recursos para investir em áreas prioritárias, como saúde, educação, infraestrutura e demais serviços essenciais locais”.

Como realizar a adesão?

Os interessados devem fazer o requerimento no Setor de Dívida Ativa da Prefeitura, na Rua Coronel Madureira, 11, Centro. Pessoas físicas precisam levar RG, CPF e comprovante de residência atualizado; pessoas jurídicas devem apresentar os documentos da empresa e dos responsáveis legais. O acordo é efetivado após o pagamento da parcela única ou da primeira cota.

Segurança na orla

A nova Lei 11.240/26 prevê a instalação de placas de advertência e faixas de travessia nas cicloviárias das praias do Rio de Janeiro. A medida, criada pelos deputados Samuel Malafaia e Lilian Behring, visa orientar ciclistas a respeitarem a preferência de pedestres em locais de grande fluxo e prevenir acidentes nos calçadões em cooperação com órgãos municipais.

Novo bônus a servidores

A Alerj aprovou o Projeto de Lei Complementar 59/26, que cria o Adicional de Desenvolvimento Funcional (ADF) para servidores civis e militares concursados do Rio. O bônus de 10% será pago a cada três anos de serviço, limitado a 60%, exigindo nota mínima de 60% em avaliações e capacitação. O projeto prevê impacto de R\$ 25,4 milhões em 2026.

Ivanir é pré-candidato

O babalawô e professor Ivanir dos Santos lançou sua pré-candidatura a deputado federal pelo PSB na última sexta (26). O evento, realizado na sede do partido, reuniu movimentos sociais com foco em pautas de igualdade racial, direitos humanos e liberdade religiosa. O ato também buscou atrair novas filiações para fortalecer a base política da sigla.

Ouro para Maricá

O arqueiro Marcus D'Almeida conquistou o bicampeonato no Pan-Americano de Tiro com Arco, no México, ao vencer o canadense Eric Peters por 6 a 0. O atleta, que lidera o ranking mundial na categoria arco recurvo, integra o projeto Maricá Cidade Olímpica, iniciativa da Secretaria de Esportes local que apoia jovens em modalidades olímpicas.

Feira de empregos

Nesta quarta-feira (1º), Niterói recebe o mutirão de empregos CIEE Rio em Movimento. A ação acontece das 10h às 15h, no Terminal Araribóia, na Av. Visconde do Rio Branco, no Centro. O evento promove encaminhamentos para vagas de estágios, programas de aprendizagem e oportunidades para PcDs. Ao todo, são 2.877 vagas disponíveis no Estado.

Nova ESF em Cabo Frio

A Prefeitura de Cabo Frio entregou nesta terça (30), a reforma da unidade da Estratégia Saúde da Família (ESF) do Jardim Peró. A estrutura foi ampliada, promovendo acessibilidade e atendimento a mais de 5 mil moradores. A Secretaria de Saúde promoveu também o Programa Fila Zero, com consultas e exames preventivos de ginecologia e ultrassom.



Emenda destaca a importância do acompanhamento do Estado ao Projeto de Lei

Diretrizes orçamentárias para 2027 são aprovadas

Texto estima receita de R\$120 bilhões e inclui emendas parlamentares

Da Redação

O plenário do Parlamento fluminense aprovou, em redação final, nesta terça-feira (30/06), o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2027 (Lei 7.505/26), enviado pelo Executivo. A proposta recebeu modificações dos deputados, que aprovaram integral ou parcialmente 321 das 489 emendas apresentadas. O texto segue agora para o Governo do Estado, que terá o prazo de até 15 dias úteis para sanção ou veto.

O projeto prevê um déficit orçamentário de R\$13 bilhões para o próximo ano, com receita estimada em R\$120 bilhões e despesas projetadas em R\$133 bilhões. O texto antecipa projeções negativas para os anos seguintes, prevendo um saldo negativo de R\$12,9 bilhões em 2028 e de R\$13,8 bilhões em 2029.

“A adesão ao Propag é fundamental para esse momento e dá um fôlego e uma previsibilidade maior para o Estado. É um momento de celebrar, mas também de acompanhar, porque vêm junto com o Propag muitas obrigações que o Governo tem que cumprir”, aponta o presidente da Comissão de Orçamento, deputado Gustavo Tutuca (PP).

Com a adesão, a dívida cai-

rá de R\$9 bilhões para R\$ 3 bilhões ainda este ano, segundo a Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz). Atualmente, o Governo do Rio envia cerca de R\$436 milhões mensais ao Governo Federal e, com a adesão ao programa, passará a pagar em torno de R\$120 milhões.

Outra modificação, do deputado Rodrigo Amorim (PL), retira a necessidade de parecer do Executivo para que o Legislativo realize estudos de impacto fiscal. O deputado Luiz Paulo (PSD) também incluiu emenda que prioriza a recomposição salarial e concursos para as áreas de saúde, educação, cultura, engenharia, arquitetura e geologia.

Entre os pontos centrais do projeto enviado pelo governo estadual está a exigência de equilíbrio entre receitas e despesas, prevendo limitação de empenho por parte de órgãos autônomos, como o Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública, caso as metas fiscais não sejam alcançadas.

No tocante aos gastos públicos, despesas com pessoal, encargos sociais e serviços da dívida somam R\$75 bilhões, o que corresponde a 61,7% de todo o orçamento do estado. A arrecadação do ICMS, principal fonte de recursos do Rio, tem previsão de atingir R\$61,15 bilhões em 2027.